**A CONEXÃO DA LGPD E CDC: A PROTEÇÃO DE DADOS
PESSOAS NAS RELAÇÕES CONSUMERISTAS E A SUA
CONCRETIZAÇÃO COMO DIREITO FUNDAMENTAL**

**THE LGPD AND CDC CONNECTION: THE PROTECTION OF PERSONAL
DATA IN CONSUMER RELATIONS AND THEIR CONCRETIZING AS A
FUNDAMENTAL RIGHT**

Renata Aparecida Follone¹

Adalberto Simão Filho²

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo trazer uma análise da proteção de dados pessoais nas relações de consumo com base nos mecanismos legais existentes abordando a conexão das fontes entre os sistemas de proteção de dados (a LGPD-Lei Geral de Proteção de Dados) e a proteção do consumidor (o CDC-Código de Defesa do Consumidor). Tal análise, partiu do ponto de que, atualmente, vivemos em um mundo caracterizado pela grande quantidade de informações lançadas na rede mundial de computadores e as mais variadas formas com que são utilizados esses dados pessoais. Ainda, considerando a concretização do reconhecimento da proteção de dados pessoais como um direito fundamental, com base na decisão do STF, que suspendeu a eficácia da MP 954/2020 e referendou a violação ao direito constitucional à intimidade, à vida privada e ao sigilo de dados; a PEC 17/2019, que a partir da sua aprovação atribuirá à proteção de dados pessoais o *status* constitucional de direito fundamental a todos os cidadãos brasileiros; e, a Lei nº. 13.709/2019 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, sendo que esta embora faça referência em seu texto aos direitos fundamentais não apresenta os dados pessoais como tal, apenas dispõe sobre o tratamento de referidos dados. Conclui-se que o reconhecimento da proteção de dados pessoais como um direito fundamental

¹ Mestre em Direito pela Universidade de Ribeirão Preto junto ao Programa de Mestrado Stricto Sensu em Direitos Coletivos e Cidadania. Especialista em Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho pela Universidade Gama Filho. Membro da Asociación Mundial de Justicia Constitucional. Presidente da Comissão “OAB vai à escola” da 241ª. Subseção da OAB-sp. Advogada. Email: rfollone@uol.com.br

² Mestre e Doutor em Direito das relações sociais pela PUC/SP. Pós-doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal; Professor Titular dos Programas de Pós-Graduação da Universidade de Ribeirão Preto-UNAERP; Professor dos Programas de Pós-Graduação em Contratos e em Direito Empresarial da PUC/Cogea, Acadêmico; Membro de Número da Inter American Academy of International and Comparative Law. Sócio Diretor de Simão Filho-Advogados-SP. Email: adalbertosimao@uol.com.br

é essencial para consagrar a todos os brasileiros, não apenas na esfera física como na digital, respeito à cidadania e à dignidade da pessoa humana em todos os segmentos, aqui especificamente, nas relações de consumo em um Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Proteção de dados pessoais. Direito do consumidor. Relações de consumo. Direitos fundamentais.

ABSTRACT

The present work aimed to bring an analysis of the protection of personal data in consumer relations based on the existing legal mechanisms addressing the sources between the data protection systems (the LGPD-General Data Protection Law) and the protection consumer protection (the CDC-Consumer Protection Code). Such analysis, started from the point that, today, we live in a world characterized by the great amount of information released on the world wide web and the most varied ways in which these personal data are used. Still, considering the recognition of the protection of personal data as a fundamental right, based on the decision of the STF, which suspended the effectiveness of MP 954/2020 and endorsed the violation of the constitutional right to privacy, privacy and confidentiality of data; PEC 17/2019, which, after its approval, will grant the protection of personal data the constitutional status of fundamental right to all Brazilian citizens; and, Law n. 13.709/2019 – General Law for the Protection of Personal Data-LGPD, although this reference in its text to fundamental rights does not present personal data as such, it only provides for the processing of said data. It is concluded that the recognition of the protection of personal data as a fundamental right is essential to consecrate to all Brazilians, not only in the physical sphere but also in the digital sphere, respect for citizenship and the dignity of the human person in all segments, here specifically, in consumer relations in a Democratic Rule of Law.

Keywords: Protection of personal data. Consumer law. Consumer relations. Fundamental rights.

1 INTRODUÇÃO

O mundo contemporâneo é caracterizado pela grande quantidade de informações lançadas na rede mundial de computadores e as consequentes formas de utilização desses dados. Com isso, surgem aspectos jurídicos importantes ligados aos direitos da personalidade, em especial à privacidade, no que concerne ao mau uso, ou ao uso não autorizado desses dados nas relações de consumo. Diante desse cenário, é crescente a discussão sobre o tratamento de dados, os deveres, a responsabilidade, a guarda e o uso lícito dessas

informações e a conexão das fontes entre os sistemas de proteção de dados (a LGPD) e a proteção do consumidor (CDC).

A relevância do tema começou a ter maior destaque a partir do momento em que a conexão entre a relação do consumidor e a proteção de dados adquiriu mais força dentro de uma economia e sociedade da informação. Essas relações de consumo trouxeram para as empresas maior segurança, a partir do momento em que o armazenamento de dados pessoais dos consumidores passou a ser obtido pelas novas tecnologias da informação, como por exemplo, para a fidelização do consumidor.

Embora não pareçam as novas tecnologias da informação podem ser nocivas aos consumidores, pois, a adoção de referidas tecnologias possibilita o tratamento em massa de dados pessoais o que dificulta essa percepção e podem transparecer outras possibilidades de poder. A uma porque a disponibilidade indiscriminada de dados pessoais dos consumidores aos fornecedores resulta em aumento de bens e serviços personalizados. E, a duas, porque pode gerar discriminação ao consumidor no mercado.

O texto da LGPD regulamenta a forma como os dados pessoais devem ser armazenados e como devem ser tratados, essencialmente, nos meios digitais. E é essa uma das mais importantes atenções dispensadas à defesa do consumidor brasileiro, ou seja, é incluir no conceito de direito à privacidade, o direito do consumidor de determinar quem pode ter acesso aos seus dados pessoais, de que forma será esse acesso e quais os limites de uso deles por terceiro.

A LGPD, sem quaisquer dúvidas é um avanço para a tutela dos direitos fundamentais do cidadão, especialmente, na figura de consumidor dentro da sociedade da informação. Isso significa que a Lei transformou o consumidor brasileiro em agente principal das decisões a cerca do uso e limites de seus dados pessoais e, conseqüentemente, estabelecendo uma maior segurança jurídica ao mercado consumidor, que atualmente, tem por fundamento armazenamento e processamento de dados dos cidadãos-consumidores com o intuito de personalização de produtos, serviços e *marketing*.

A conexão entres essas duas fontes, entre os sistemas de proteção de dados (a LGPD) e a proteção do consumidor (CDC), objetiva tutelar o consumidor de um iminente desequilíbrio de poderes que de alguma maneira venha a atingir uma decisão autônoma, livre e informada. A proteção do consumidor visa reequilibrar e relação entre fornecedor e

consumidor dentro do mercado de consumo, enquanto que, a proteção de dados pessoais se interessa em reequilibrar a relação do titular com o controlador dos dados pessoais.

A proteção de dados pessoais por possuir um caráter mais amplo e atingir outras situações que não apenas o mercado de bens, serviços e consumo, é um mecanismo mais eficaz na proteção da privacidade do consumidor.

O presente trabalho, ainda, apresenta uma análise breve da proposta da PEC 17/2019, que tem a perspectiva de reconhecer a constitucionalização da proteção de dados pessoais físicos e digitais, como garantias e direitos fundamentais, no artigo 5º., da Constituição Federal, a qual, ainda, trata de fixar a competência da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais, artigo 22, da Carta Maior.

Por hora, a única expressão marcante da concretização do reconhecimento da proteção de dados pessoais como um direito fundamental é a decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, que suspendeu a eficácia da MP 954/2020 e referendou a violação ao direito constitucional à intimidade, à vida privada e ao sigilo de dados, nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade n.ºs. 6387, 6388, 6389, 6393, 6390, que obrigava as operadoras de telefonia a repassarem ao IBGE dados identificados de seus consumidores de telefonia móvel, celular e endereço. Referido direito fundamental, ainda, necessitará de outros contornos que deverão ser delineados tanto pela jurisprudência como pela doutrina.

Salienta-se que, recentemente, algumas normas surgiram com o intuito de garantir direitos à proteção de dados por todo o mundo. Destaca-se o GDPR-Regulamento Geral de Proteção de Dados, na Europa, até o surgimento no Brasil, da LGPD-Lei Geral de Proteção de Dados, cuja preocupação comum é a proteção de direitos aos dados pessoais dos cidadãos brasileiros.

Nesse contexto, busca-se analisar a relevância da proteção de dados pessoais nas relações de consumo com fulcro nos mecanismos legais existentes abordando a conexão dessas fontes entre os sistemas de proteção de dados (a LGPD) e a proteção do consumidor (CDC), sem contudo, se esgotar o tema, delineando as vantagens dessa garantia para o sistema jurídico brasileiro, com o propósito de tutelar a liberdade e a privacidade a todos os brasileiros, não apenas na esfera física como na digital, tendo como fim o respeito à cidadania em todos os segmentos, aqui especificamente, nas relações de consumo em um Estado Democrático de Direito.

2 A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS COMO DIREITOS FUNDAMENTAIS

Inicialmente, mister uma simples compreensão do que são dados pessoais. Na acepção jurídica do termo, dado pessoal é toda e qualquer informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, consoante dispõe o art. 5º., da Lei nº. 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD³.

A partir da Convenção Europeia para os Direitos do Homem de 1950, a proteção de dados pessoais está vinculada à proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, essas as principais bases da Diretiva 95/46/CE sobre a proteção de dados pessoais na União Europeia⁴ e, posteriormente, o RGPD-EU 2016/679 – Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.

Já a proteção de dados pessoais, na Nossa Carta Política, foi interpretada como uma vertente da inviolabilidade da intimidade e da vida privada, consoante artigo 5º., inciso X; da interceptação telefônica, telegráfica ou de dados, artigo 5º., inciso XII; e, ação de *HabeasData*, artigo 5º., LXXII, os quais estabelecem uma forma de acesso e retificação dos dados pessoais. No entanto, antes da LGPD, a garantia da respectiva proteção era vista, somente, sob esses prismas e não chegava a abranger toda a complexidade contida em seu fenômeno.⁵

Não obstante isso, houve uma expansão do conceito de privacidade com o surgimento de novas tecnologias e, como consequência disso, uma propagação de dados na rede de computadores que gerou uma enorme ampliação das mais diversas formas de violação de dados pessoais, especialmente, por meios digitais no âmbito privado. E, a partir do texto da

³ BRASIL. **Lei nº. 13.709/2018** - Lei Geral de Proteção de Dados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm>. Acesso em: 28/08/2020.

⁴DONEDA, D. A proteção dos dados pessoais como um direito fundamental. **Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL]**, v. 12, n. 2, p. 91–108, 2011. Disponível em: <<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/1315>>. Acesso em: 02/05/2020.

⁵MACHADO, Diego; DONEDA, Danilo. Proteção de dados pessoais e criptografia: tecnologias criptográficas entre anonimização e pseudonimização de dados. In: **A regulação da criptografia no direito brasileiro**, Publisher: Thomson Reuters Brasil, pp.99125, 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/330401277_Protecao_de_dados_pessoais_e_criptografia_tecnologias_criptograficas_entre_anonimizacao_e_pseudonimizacao_de_dados>. Acesso em: 02/04/2020.

Lei Geral de Proteção de Dados aprovada e que teve, inicialmente, sua vigência prorrogada⁶ (em virtude da pandemia do novo coronavírus-COVID-19), ampara os dados pessoais dos cidadãos e confirma as garantias dos direitos fundamentais. Porém, em 19 de maio pp., foi votado pelo Senado Federal o PL n.º 1.179/2020⁷ que retornou o início da vigência da LGPD para agosto de 2020, com a observância de aplicação das penalidades para agosto de 2021.

Portanto, pode-se afirmar que a proteção de dados pessoais tutelada na LGPD é um direito fundamental de *status* positivo, pois, é uma proteção prestada pelo Estado e é o próprio Estado quem tem o dever de criar e estabelecer políticas públicas por meio dos órgãos públicos para garantia da proteção dos dados pessoais, conforme a respectiva edição da mencionada lei.

Como é cediço os direitos fundamentais são estabelecidos na Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988 e deles se originou o direito à proteção de dados pessoais e, com a edição da LGPD foi garantido o direito à liberdade e à privacidade da pessoa natural, ressaltando que a Lei estabelece tão somente, o tratamento dos dados pessoais com objetivo de proteger os direitos fundamentais. É o que se extrai do artigo 1º., da LGPD,

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.⁸

Dessa forma, não pairam dúvidas que a constitucionalização da proteção dos dados pessoais, inclusive por meios digitais soma-se à proteção da dignidade da pessoa humana, garantindo aos cidadãos, de modo geral, direitos suficientes para terem liberdade e privacidade de usarem seus próprios dados pessoais da maneira que quiserem sem sofrerem

⁶ BRASIL. **Medida Provisória 959/2020** que “Estabelece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal de que trata a Medida Provisória n.º 936, de 1º de abril de 2020, e prorrogou a *vacatio legis* da Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018, que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.” Disponível em: <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/medida-provisoria-n-959-de-29-de-abril-de-2020-254499639>>. Acesso em: 02/05/2020.

⁷ BRASIL. **PL n.º 1.179/2020** que “Institui normas de caráter transitório e emergencial para a regulação de relações jurídicas de direito privado em virtude da pandemia da Covid-19; e altera a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018”. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2247564>>. Acesso em: 24/05/2020.

⁸ BRASIL. **Lei n.º 13.709/2018** - Lei Geral de Proteção de Dados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm>. Acesso em: 28/04/2020.

violações de suas informações pessoais, evitando assim, que sejam vítimas de fraudes e exposições não pertinentes.

2.1 DIREITO FUNDAMENTAL À PRIVACIDADE

No que diz respeito aos dados pessoais, sua proteção está ligada à tutela da privacidade e às características de complementariedade e solidariedade dos princípios constitucionais (§ 2º., do artigo 5º., da CF). O artigo 5º., inciso X, da Constituição Federal prevê que são “invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas”⁹. Por seu turno, o Código Civil (CC), preconiza que a vida privada da pessoa natural é inviolável (artigo 21), constituindo a privacidade um direito de personalidade.

Nesse sentido, a evolução histórica da legislação sobre proteção de dados demonstra o liame desse direito com a tutela da privacidade e, conseqüentemente, com os direitos fundamentais. Mendes explica essa evolução em 4 gerações de leis¹⁰.

Na década de 70, os indivíduos preocupavam-se com os bancos de dados das Administrações Públicas e do poder que esses dados conferiam ao Estado sobre a vida privada dos cidadãos. Nesse momento, as leis estabeleciam procedimentos para novos bancos de dados, tal qual a exigência de autorização pública prévia para criação de um sistema de armazenamento.

Posteriormente, em uma segunda fase, a preocupação concentrava-se nas normas de proteção de dados pessoais e privacidade, ultrapassada a preocupação com o procedimento em si. A terceira geração, a partir da década de 80, consagrou a ideia de autodeterminação informativa, vale dizer, as pessoas passam a participar do processamento de dados “como um envolvimento contínuo em todo o processo, desde a coleta, o armazenamento e a transmissão e não apenas como opção entre ‘tudo ou nada’”¹¹.

A quarta geração de proteção de dados consagrou a proteção dos denominados “dados sensíveis”, além de instituir normas setoriais a respeito do assunto. Nesse sentido,

⁹ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03/05/2020.

¹⁰MENDES, Laura Schertel. **Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor: linhas gerais de um novo direito fundamental**. São Paulo: Saraiva, 2014, p.37.

¹¹ Ibidem. p.42.

tem-se por dados sensíveis aqueles que se relacionam a questões particulares das pessoas, tais como gênero, orientação sexual, origem social e étnica, convicções políticas, orientação religiosa, questões filosóficas, dados de saúde, informações genéticas, dentre outras. No Brasil, esse conceito foi positivado pela Lei do Cadastro Positivo (Lei nº. 12.414/2011, art. 3º, § 3º, II).

Posteriormente, a LGPD dispôs no seu artigo 5º., inciso II, que

Dado pessoal sensível: dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;¹²

Essa construção legislativa desenvolveu-se juntamente à sociedade dos dados, segundo a qual, de acordo com Schreiber¹³, traz à privacidade um significado que vai além da tradicional proteção da vida íntima, representando um direito de controle sobre os dados pessoais, isto é, o direito de a pessoa escolher se quer ou não ter as suas informações divulgadas e compartilhadas.

De acordo com Mendes, o reconhecimento da proteção de dados pessoais como direito fundamental é uma “necessidade para tonar efetivos os fundamentos e princípios do Estado Democrático de Direito, na sociedade contemporânea da informação, conforme determina a Constituição Federal”¹⁴.

3RELAÇÕES CONSUMERISTAS: A CONEXÃO DOS MECANISMOS LEGAIS NA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS ENA PROTEÇÃO DO CONSUMIDOR

É incontroverso que se vive a quarta revolução industrial que domina fronteiras e fez da globalização e da internacionalização da economia uma realidade atual. Tanto o desenvolvimento científico como o tecnológico estão proporcionando profundas e intensas transformações na sociedade, a todo o instante.

Com o desenvolvimento da *internet* informações e novas formas de comunicação são lançadas em tempo real na rede mundial de computadores. Essa transformação será

¹² BRASIL. **Lei n. 13.709/2018** - Lei Geral de Proteção de Dados. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm>. Acesso em: 28/04/2020.

¹³ SCHREIBER, Anderson. **Direitos da Personalidade**. São Paulo: Atlas, 2011, p. 129.

¹⁴ MENDES, Laura Schertel. **Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor: linhas gerais de um novo direito fundamental**. São Paulo: Saraiva, 2014, p.172.

conhecida por sua convergência de tecnologias digitais, físicas e biológicas e chamada de revolução do conhecimento e da comunicação, mesmo não sabendo ainda, até onde esses novos conceitos da quarta revolução industrial nos levará, o que temos presenciado é a disponibilização de novos instrumentos como a Digitalização, *Internet* das Coisas, *Blockchain*, *Big Data*, impressão 3D, engenharia genética, inteligência artificial e veículos autônomos nos mesmos moldes dos filmes de ficção científica que vemos no cinema e na TV¹⁵.

A realidade que se apresenta, portanto, é a de um mundo globalizado, de economia globalizada e acesso a um grande número de informações que, como consequência, traz várias formas de utilização de dados pessoais, os quais dão origem a aspectos jurídicos de suma relevância ligados aos direitos da personalidade, em especial à privacidade no que concerne ao mau uso, ou ao uso não autorizado desses dados nas relações de consumo, essencialmente, nos setores financeiros, securitário, saúde, crédito, atacado, varejo, etc. Isso porque, no momento atual, essas relações de consumo são realizadas tanto na forma presencial como *online* e, por razão disso, é crescente a discussão sobre o tratamento de dados, os deveres, a responsabilidade, a guarda e o uso lícito dessas informações e a conexão das fontes entre os sistemas de proteção de dados (a LGPD) e a proteção do consumidor (CDC).

Destaca-se que a LGPD, provavelmente ainda, entrará em vigência em 2020¹⁶, mesmo ano em que a o Código de Defesa do Consumidor completa 30 anos¹⁷. Muitas

¹⁵SOARES, Matias Gonsales. **A Quarta Revolução Industrial e seus possíveis efeitos no direito, economia e política**.MIGALHAS. p. 5. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/arquivos/2018/4/art20180427-05.pdf>>. Acesso em: 02/09/2020.

¹⁶A respeito da aprovação da MP 959/2020 e a vigência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), a Assessoria de Imprensa do Senado Federal esclarece:

O Senado Federal aprovou nesta quarta-feira (26) a medida provisória nº 959/2020 que adia, em seu art. 4º, o início da vigência da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados). Ocorre que o art. 4º, foi considerado prejudicado e, assim, o adiamento nele previsto não mais acontecerá.

No entanto, a LGPD não entrará em vigor imediatamente, mas somente após sanção ou veto do restante do projeto de lei de conversão, nos exatos termos do § 12 do art. 62 da Constituição Federal:

“Art. 62 (...)

§ 12. Aprovado projeto de lei de conversão alterando o texto original da medida provisória, esta manter-se-á integralmente em vigor até que seja sancionado ou vetado o projeto.”

Assim, ressaltamos que a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD só entra em vigor após a sanção ou veto dos demais dispositivos da MP 959/2020. In: Nota de esclarecimento-vigência da LGPD. Publicado em 26/08/2020. Assessoria de Imprensa. Senado Federal. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/assessoria-de-imprensa/notas/nota-de-esclarecimento-vigencia-da-lgpd>>. Acesso em 28/08/2020.

alterações ocorreram nesse período nas relações de consumo, inclusive, pelo avanço da *internet*, mas, a legislação consumerista resistiu e enfrentou a todos os desafios para assegurar os direitos dos consumidores e atendendo a toda a evolução da sociedade até o presente momento.

Porém, o uso da informatização possibilita uma maior segurança às empresas dentro do mercado de consumo, haja vista que têm a seu favor os sistemas informatizados que possuem o poder de armazenamento e uso de dados pessoais dos consumidores.

O ambiente consumerista, em que está inserido o consumidor hoje, expõe muitas de suas ações de forma que ficam registradas e com grande possibilidade de serem utilizadas. Com esses registros, o consumidor está vulnerabilizado em relação àquele que possui o armazenamento de seus dados pessoais, surgindo daí o desequilíbrio da relação de consumo e, também, outras formas de negócio com uso indiscriminado por terceiros. Portanto, como vivemos em uma sociedade em que a todo instante são gerados dados pessoais e, ainda, são deixados vestígios digitais, é necessário o controle desses dados por meio de instrumento eficaz para impedir abusos.

E foi nesse sentido que acompanhando a LGPD, na disposição sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive em meios digitais, os quais devem ser efetivados tanto pelas pessoas jurídicas de direito público como privado, com o intuito de tutelar a proteção dos direitos fundamentais e com a edição da Medida Provisória n.º 869/2018, criou-se a ANPD- Autoridade Nacional de Proteção de Dados, em atenção aos anseios jurídicos, empresariais e da própria legislação que já possuía, originalmente, a previsão desse caráter regulatório, com isso passando o Brasil a se alinhar às políticas públicas internacionais que visam gerar a proteção dos dados pessoais e da privacidade¹⁸.

Dessa forma, a existência de uma autoridade nacional responsável na proteção dos dados pessoais é fundamental, pois, é um órgão garantidor e principal ator na promoção de

¹⁷ BRASIL. **Código de Defesa do Consumidor. Lei n. 8.078, 11 de setembro de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078compilado.htm>. Acesso em 25/08/2020.

¹⁸ SIMÃO FILHO, Adalberto. Regime jurídico do banco de dados – Função econômica e reflexos na monetização. In: **Direito & Internet IV: Sistema de Proteção de Dados Pessoais** (De acordo com a Lei n.º 13.709, de 14 de Agosto de 2018, e a Lei n.º 13.853, de 08 de julho de 2019, que converteu em lei a Medida Provisória n.º 869, de 27 de dezembro de 2018). São Paulo: Quartier Latin, 2019, p. 167.

políticas públicas e regulação de privacidade e tratamento de dados pessoais¹⁹ e, ainda, possui um papel indispensável e responsável na criação da segurança jurídica para empresas, consumidores, ou seja, para todos os cidadãos e a todos que realizam operações de tratamento de dados pessoais e que deverão se adaptar às regras da LGPD.

Oportuno, salientar que após dois anos da vigência da lei (LGPD), foi criada a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em Comissão e das Funções de Confiança da ANPD-Autoridade Nacional de Proteção de Dados por meio do Decreto n°. 10.474, de 26 de agosto de 2020 e publicado em 27 de agosto p.p.²⁰, órgão subordinado à Presidência da República que fiscalizará e editará normas para o cumprimento da LGPD por pessoas jurídicas e físicas²¹.

Assim, quando se pensa no avanço tecnológico dentro das relações de consumo observa-se a “insuficiência da dogmática tradicional”²² no controle do uso indiscriminado de dados pessoais do consumidor.

Hodiernamente, o contexto legal que se encontra para o enfrentamento à efetivação da proteção de dados pessoais dentro do ordenamento jurídico pátrio nas relações consumeristas é a conexão das fontes entre os sistemas de proteção de dados (a LGPD) e da proteção do consumidor (CDC). Isso porque

O tratamento de dados pessoais, em particular por processos automatizados, é, no entanto, uma atividade de risco. Risco que se concretiza na possibilidade de exposição e utilização indevida ou abusiva de dados pessoais; na eventualidade destes dados não serem corretos e representarem erroneamente seu titular; em sua

¹⁹ BEZERRA, Maria Ruth B. Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais: a importância do modelo institucional independente para a efetividade da lei. **Revista Caderno Virtual**. IDP. V. 2, n. 44, abr/jun 2019, p. 180. Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/3828>>. Acesso: 28/08/2020.

²⁰ BRASIL. **Decreto n°. 10.474, de 26 de agosto de 2020**. Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=27/08/2020&jornal=515&pagina=6>>. Acesso em 02/09/2020.

²¹A criação da ANPD foi prevista no texto da LGPD, originariamente, porém foi vetada pelo ex-presidente Michel Temer sob alegação de "vício de origem", já que o texto determinava que o órgão faria parte do Poder Legislativo, o qual não pode dispor sobre a organização do Estado, haja vista que referida prerrogativa é do Poder Executivo. Então, foi editada a MP 869/2018, que alterou a LGPD readaptando a criação da ANPD. No dia 8 de julho de 2019, o atual Presidente da República sancionou o texto que previa a criação da ANPD, surgindo, assim, a Lei n°. 13.853, de 8 julho de 2019. E em 26 de agosto de 2020, pelo Decreto n°. 10.474 foi criada a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em Comissão e das Funções de Confiança da ANPD-Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

²² DONEDA, Danilo. **Da privacidade à proteção de dados pessoais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 22-24.

utilização por terceiros sem o conhecimento de seu titular, somente para citar algumas das hipóteses²³.

Surge daí a obrigação do uso de mecanismos que ofereçam ao consumidor a competente informação e controle de seus próprios dados, ou seja, dados da sua própria personalidade. A proteção de dados pessoais nada mais é que a proteção da pessoa humana e, assim, um direito fundamental. Pois,

Os dados pessoais, por definição, representam algum atributo de uma pessoa identificada ou identificável e, portanto, mantém uma ligação concreta e viva com a pessoa titular destes dados. Os dados pessoais são a pessoa e, portanto, como tal devem ser tratados, justificando o recurso ao instrumental jurídico destinado à tutela da pessoa e afastando a utilização de um regime de livre apropriação e disposição contratual destes dados que não leve em conta seu caráter personalíssimo. Também destas suas características específicas deriva a consideração que, hoje, diversos ordenamentos jurídicos realizam, de que a proteção de dados pessoais é um direito fundamental - uma verdadeira chave para efetivar a liberdade da pessoa nos meandros da Sociedade da Informação²⁴.

E, a proteção de dados pessoais surgiu para disciplinar o armazenamento e uso de tais dados com o intuito de dar ao consumidor uma segurança jurídica maior nas relações de consumo.

Partindo do sistema de tutela ao consumidor observa-se que a redação dos artigos 43 e 44, do Código de Defesa do Consumidor, garantem que o consumidor tenha acesso e possa solicitar a retificação de informações pessoais registradas pelos fornecedores, bem como estabelecem que o consumidor deverá ser informado sobre a inclusão de seus dados em um cadastro, fichas, registros e dados pessoais e de consumo por determinado prazo²⁵. Nesse

²³ DONEDA, Danilo. **A proteção de dados pessoais nas relações de consumo**: para além da informação creditícia. Brasília: SDE/DPDC, 2010, p.39.

²⁴ Idem.

²⁵ Art. 43. O consumidor, sem prejuízo do disposto no art. 86, terá acesso às informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre ele, bem como sobre as suas respectivas fontes.

§ 1º Os cadastros e dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a cinco anos.

§ 2º A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.

§ 3º O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de cinco dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.

§ 4º Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público.

§ 5º Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.

sentido, pelo mecanismo de proteção de dados, o artigo 6º.²⁶, da LGPD estabelece que o tratamento de dado pessoal deve observar a boa-fé e o livre acesso aos titulares para consulta fácil e gratuita, corroborando os princípios de informação e transparência tão especiais ao direito do consumidor.

Ainda, o Artigo 43 do CDC já assegurava ao consumidor o direito de corrigir qualquer imprecisão cadastral no prazo de cinco dias. Sobre a mesma questão, o artigo 18²⁷,

§ 6º Todas as informações de que trata o **caput** deste artigo devem ser disponibilizadas em formatos acessíveis, inclusive para a pessoa com deficiência, mediante solicitação do consumidor.

Art. 44. Os órgãos públicos de defesa do consumidor manterão cadastros atualizados de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, devendo divulgá-lo pública e anualmente. A divulgação indicará se a reclamação foi atendida ou não pelo fornecedor.

§ 1º É facultado o acesso às informações lá constantes para orientação e consulta por qualquer interessado.

§ 2º Aplicam-se a este artigo, no que couber, as mesmas regras enunciadas no artigo anterior e as do parágrafo único do art. 22 deste código. **Código de Defesa do Consumidor. Lei n. 8.078, 11 de setembro de 1990.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078compilado.htm>. Acesso em 25/08/2020.

²⁶Art. 6º As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os seguintes princípios:

I - finalidade: realização do tratamento para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades;

II - adequação: compatibilidade do tratamento com as finalidades informadas ao titular, de acordo com o contexto do tratamento;

III - necessidade: limitação do tratamento ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento de dados;

IV - livre acesso: garantia, aos titulares, de consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados pessoais;

V - qualidade dos dados: garantia, aos titulares, de exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento;

VI - transparência: garantia, aos titulares, de informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

VII - segurança: utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão;

VIII - prevenção: adoção de medidas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais;

IX - não discriminação: impossibilidade de realização do tratamento para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos;

X - responsabilização e prestação de contas: demonstração, pelo agente, da adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais e, inclusive, da eficácia dessas medidas. Lei Geral de Proteção de Dados. Lei n. 13.709, de 14 de Agosto de 2019. **Disponível em:** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2018/lei/113709.htm>. **Acesso em: 25/08/2020.**

²⁷Art. 18. O titular dos dados pessoais tem direito a obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição:

I - confirmação da existência de tratamento;

II - acesso aos dados;

III - correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

IV - anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto nesta Lei;

da LGPD concede ao titular dos dados pessoais o direito à correção de dados e a eliminação dos dados pessoais tratados; acesso aos dados; portabilidade dos dados a outro fornecedor; informando com quem os dados foram compartilhados; revogação de consentimento; informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa.

Outra conexão entre os referidos mecanismos legais é o consentimento para o uso dos dados pessoais. Para que o titular dos dados pessoais, o consumidor, consinta espontaneamente sobre o tratamento dos seus dados, necessitará ter acesso prévio, de forma detalhada e transparente, nos termos do artigo 9º., da LGPD²⁸.

Como demonstrado, a conexão entres os sistemas de proteção de dados (a LGPD) e a proteção do consumidor (CDC), busca tutelar o consumidor de um iminente desequilíbrio de poderes que de alguma maneira venha a atingir uma decisão autônoma, livre e informada. Ainda, a proteção do consumidor tem o intuito de reequilibrar e relação entre fornecedor e consumidor dentro do mercado de consumo, enquanto que, a proteção de dados pessoais se interessa em reequilibrar a relação do titular com o controlador dos dados pessoais.

A proteção de dados pessoais por possuir um caráter mais amplo e atingir outras situações que não apenas o mercado de bens, serviços e consumo, é um mecanismo mais eficaz na proteção da privacidade do consumidor.

V - portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;

VI - eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 desta Lei;

VII - informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;

VIII - informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;

IX - revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º desta Lei. **Lei Geral de Proteção de Dados. Lei n. 13.709, 14 de Agosto de 2019. Disponível em:** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm>. **Acesso em: 25/08/2020.**

²⁸Art. 9º O titular tem direito ao acesso facilitado às informações sobre o tratamento de seus dados, que deverão ser disponibilizadas de forma clara, adequada e ostensiva acerca de, entre outras características previstas em regulamentação para o atendimento do princípio do livre acesso:

I - finalidade específica do tratamento;

II - forma e duração do tratamento, observados os segredos comercial e industrial;

III - identificação do controlador;

IV - informações de contato do controlador;

V - informações acerca do uso compartilhado de dados pelo controlador e a finalidade;

VI - responsabilidades dos agentes que realizarão o tratamento; e

VII - direitos do titular, com menção explícita aos direitos contidos no art. 18 desta Lei. **Lei Geral de Proteção de Dados. Lei n. 13.709, 14 de Agosto de 2019. Disponível em:** <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm>. **Acesso em: 25/08/2020.**

40 CAMINHO PARA A CONCRETIZAÇÃO DO RECONHECIMENTO DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS COMO DIREITO FUNDAMENTAL

O caminho para a concretização do reconhecimento da proteção de dados pessoais como direito fundamental autônomo, há tempos, vem aparecendo no cenário do nosso ordenamento jurídico. Isso porque a proteção de dados pessoais possui um caráter amplo e alcança muitos segmentos, inclusive o mercado de consumo, bens e serviços e, por tal razão, faz-se necessário uma breve análise da trajetória que esse reconhecimento, atualmente, vem percorrendo por meio da PEC 17/2019 e da recente decisão proferida pelo STF na MP 954/2020.

4.1 A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO FEDERAL – PEC 17/2019

A Proposta de Emenda Constitucional - PEC 17/2019²⁹, tem a perspectiva de reconhecer a constitucionalização da proteção de dados pessoais físicos e digitais, como garantia e direito fundamental, no artigo 5º., da Constituição Federal, a qual ainda, trata de fixar a competência da União para legislar sobre proteção e tratamento de dados pessoais, nos termos do artigo 22, da Carta Maior, respectiva proposta foi aprovada no Senado Federal.

Em março de 2020, seguiu para a Câmara dos Deputados³⁰, porém, a matéria não foi apreciada pelo Plenário, ainda. No entanto, nessa casa deverá ser aprovada para que entre em vigor.

Ou seja, mais especificamente, propõe a alteração do inciso XII, do artigo 5º., da Constituição Federal, que passará a ter a seguinte redação

Art. 5º (...) XII – é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de

²⁹ A PEC 17/2019 tem como autor, o Senador Eduardo Gomes, que a apresentou em março de 2019, sob a justificativa de ser necessário uma legislação uniforme em relação à proteção e tratamento de dados, haja vista que a pluralidade normativa poderá trazer problemas de compatibilidade e adequação.

³⁰ BRASIL. Câmara dos Deputados. **PEC 17/2019**. Proposta de Emenda à Constituição. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2210757>>. Acesso em: 27/08/2020.

*investigação criminal ou instrução processual penal, bem como é assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais;*³¹ (grifo nosso)

E o artigo 22, da Constituição Federal, passará a ter o inciso XXX,

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

(...)

XXX — proteção e tratamento de dados pessoais.³²

Pelo que se observa desse artigo, a nova redação torna privativo à União legislar sobre o tema da proteção de dados pessoais, nesse trabalho não se entrará de forma mais aprofundada sobre o tema, visto que neste tópico nosso foco é a perspectiva de reconhecimento da proteção dos dados pessoais como direitos fundamentais. Portanto, o limite aqui é a consideração de que referida inclusão proporcionará um nível alto de segurança jurídica, bem como de que não haverá competência concorrente com a regulamentação da proteção de dados pessoais, sem comprometer as demais normas dos entes federados.

4.2 A DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA MP 954/2020

Até o presente momento, a única expressão mais marcante da concretização do reconhecimento da proteção de dados pessoais como um direito fundamental é a decisão proferida pelo STF, que suspendeu a eficácia da MP 954/2020³³ e referendou a violação ao

³¹ Idem.

³² Idem.

³³ “A Medida Provisória (MP) n.954/2020, editada pela Presidência da República (Brasil, 2020e) em 17.4.2020, determinou o compartilhamento de informações sobre dados, notadamente *nomes, números de telefone e dos endereços de seus consumidores, pessoas físicas ou jurídicas* às empresa concessionárias de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) e do Serviço Móvel Pessoal (SMP), para fins de realização da pesquisa trimestral PNAD-Contínua, promovida pelo IBGE, com quesitos que poderiam direcionar políticas contra a Covid-19 durante o período de quarentena (Brasil, 2020c). Tal norma foi atacada por cinco Ações Diretas de Inconstitucionalidade: Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (ADI 6387), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (ADI 6388), Partido Socialista Brasileiro (PSB) (ADI 6389), Partido Socialismo e Liberdade (Psol) (ADI 6390) e Partido Comunista do Brasil (PcdoB) (ADI 6393). Em razão da unidade temática, as ações foram reunidas para julgamento em conjunto com a ação de distribuição mais antiga, a ADI 6387-DF, e distribuída por sorteio para a ministra Rosa Weber (Brasil, 2020b). (...) Diante desse panorama fático e jurídico, a ministra Rosa Weber, em decisão monocrática liminar, referendada pelos demais ministros do STF, decidiu: 1) A pesquisa não indicou de forma adequada objeto, finalidade e amplitude da estatística produzida, tampouco a necessidade de disponibilização dos dados nem como serão utilizados; 2) A edição da MP não mencionou, de forma explícita, que haveria relação com políticas de enfrentamento da pandemia do Covid-19; 3) A Medida Provisória não evidencia interesse público legítimo no compartilhamento de dados dos usuários, tendo em vista a necessidade, adequação e proporcionalidade da medida; 4) Ao não definir as razões e modo de uso

direito constitucional à intimidade, à vida privada e ao sigilo de dados, nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade n.ºs. 6387, 6388, 6389, 6393, 6390, que obrigava as operadoras de telefonia a repassarem ao IBGE dados identificados de seus consumidores de telefonia móvel, celular e endereço. Referido direito fundamental, ainda, necessitará de outros contornos que deverão ser delineados tanto pela jurisprudência como pela doutrina.

O julgamento do STF proferido em 06 de maio p.p., tornou concreta e expressa a proteção dos dados pessoais como um direito fundamental autônomo, o qual fez referência ao julgamento da Corte Constitucional alemã e a Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia, artigo 8º.,

Art. 8º. da Carta de Direitos Fundamentais³⁴.

1. Todas as pessoas têm direito à proteção dos dados de caráter pessoal que lhes digam respeito.
2. Esses dados devem ser objeto de um tratamento leal, para fins específicos e com o consentimento da pessoa interessada ou com outro fundamento legítimo previsto por lei. Todas as pessoas têm o direito de aceder aos dados coligidos que lhes digam respeito e de obter a respetiva retificação.
3. O cumprimento destas regras fica sujeito a fiscalização por parte de uma autoridade independente.”

Na respectiva decisão, os Ministros Rosa Weber, Luiz Fux e Gilmar Mendes trataram a proteção de dados pessoais com um direito fundamental autônomo garantido pela Constituição Federal brasileira e, que se diferencia da tutela à intimidade e à privacidade, pois, a proteção de dados alcançou métodos e técnicas complexas de processamento e tratamento de dados pessoais e, assim, tornando maiores os riscos para a personalidade dos

dos dados pessoais, a MP não permite aferição dos requisitos de adequação e necessidade, vale dizer, a compatibilidade entre as finalidades pretendidas e a máxima restrição para o atingimento desses objetivo, o que destoa do direito ao devido processo legal; 5) A MP não menciona quais seriam os mecanismos técnicos ou administrativos voltados à segurança da informação adotados pelo IBGE, uma vez que apenas menciona delegação dessa tarefa ao presidente da Fundação IBGE, motivo pelo qual não assegura de forma adequada efetiva proteção aos direitos fundamentais em debate; 6) O fato de a LGPD ainda não estar em vigor agrava o problema, pois tal norma possibilitaria responsabilizar os agentes que, de alguma forma, contribuísem para os danos causados pelo mau uso ou vazamento de informações confidenciais; 7) Foram apresentadas 344 emendas ao texto da MP, muitas delas buscavam reduzir a coleta de dados ao mínimo necessário, obrigação de elaborar relatório de impacto de segurança da informação *anteriormente* à coleta e uso de dados, maior transparência na definição da finalidade e no uso dos dados compartilhados; 8) Mesmo diante da gravidade da situação de saúde pública, o seu combate não pode ocorrer mediante atropelo dos direitos fundamentais (Brasil, 2020b). In: PALHARES, Gabriela C.; SANTOS, Alessandro Santiago dos; ARIENTE, Eduardo Altomare; GOMES, Jeferson de Oliveira. A privacidade em tempos de pandemia e a escada de monitoramento e rastreamento. **Estudos Avançados**. Vol. 34, n. 99. p. 178 e 180. São Paulo May/Aug. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v34n99/1806-9592-ea-34-99-175.pdf>>. Acesso em: 28/08/2020.

³⁴ **Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia**. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12016P/TXT&from=FR>>. Acesso em: 29/08/2020.

cidadãos. Observa-se pelo voto do Min. Gilmar Mendes que o direito fundamental à proteção de dados possui características próprias, pois

A autonomia do direito fundamental em jogo na presente ADI exorbita, em essência, de sua mera equiparação com o conteúdo normativo da cláusula de proteção ao sigilo.

A afirmação de um direito fundamental à privacidade e à produção de dados pessoais deriva, ao contrário, de uma compreensão integrada do texto constitucional lastreada (i) no direito fundamental à dignidade da pessoa humana, (ii) na concretização do compromisso permanente de renovação da força normativa da proteção constitucional à intimidade (art. 5º, inciso X, da CF/88) diante do espraiamento de novos riscos derivados do avanço tecnológico e ainda (iii) no reconhecimento da centralidade do habeas data enquanto instrumento de tutela material do direito à autodeterminação informativa³⁵

E, continua esclarecendo em seu voto que o direito fundamental à proteção de dados enseja tanto um direito subjetivo de defesa do indivíduo (dimensão subjetiva), como um dever de proteção estatal (dimensão objetiva). Vez que, na dimensão subjetiva, a atribuição de um direito subjetivo ao cidadão acaba por delimitar uma esfera de liberdade individual de não sofrer intervenção indevida do poder estatal ou privado. Já na dimensão objetiva representa a necessidade de concretização e delimitação desse direito por meio da ação estatal, a partir da qual surgem deveres de proteção do Estado para a garantia desse direito nas relações privadas. Isso significa que os atos do Estado passam a ser controlados tanto por sua ação, como também, por sua omissão³⁶.

Portanto, o reconhecimento da força normativa do direito fundamental à proteção de dados pessoais decorre da indivisão da proteção à dignidade da pessoa humana diante da exposição dos indivíduos aos riscos de comprometimento da autodeterminação de informações nas sociedades contemporâneas.

Por óbvio, que a partir dessa decisão do STF, a qual reforçou a vitalidade da Constituição Federal brasileira frente aos avanços tecnológicos foi reconhecida a respectiva proteção de dados pessoais como um novo direito fundamental autônomo, ainda, que necessite de outros delineamentos que deverão ser determinados tanto pela jurisprudência como pela doutrina.

³⁵VITAL, Danilo. **Gilmar:** Pandemia não atenua, mas reforça necessidade de proteção de dados. Revista Consultor Jurídico. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-mai-07/pandemia-reforca-necessidade-protecao-dados-gilmar>>. Acesso em: 28/08/2020.

³⁶VITAL, Danilo. **Gilmar:** Pandemia não atenua, mas reforça necessidade de proteção de dados. Revista Consultor Jurídico. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-mai-07/pandemia-reforca-necessidade-protecao-dados-gilmar>>. Acesso em: 28/08/2020.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A doutrina e a jurisprudência veem empreendendo esforços na interpretação dos direitos fundamentais, adequando-os ao nosso tempo e, assim, reconhecendo uma ligação direta aos direitos à privacidade e à liberdade de expressão, com o objetivo único de se tutelar os dados pessoais dos cidadãos brasileiros de acordo com as vicissitudes da sociedade da informação.

Assim, a complementariedade e a solidariedade na interpretação das garantias constitucionais do indivíduo, como a proteção de dados pessoais, a privacidade e a garantia à liberdade de expressão é medida que se impõe na intenção de garantir o exercício de tais direitos de maneira universal.

Portanto o cenário que se apresenta dispõe de mecanismos jurídicos para proteger o titular de dados pessoais de abusos e usos indiscriminados de seus dados, oferecendo maior segurança jurídica e permitindo acesso a informações a seu respeito e, para determinar regra e limites de como tais dados devem ser armazenados e tratados dentro da sociedade da informação.

A LGPD regulamenta a forma como os dados pessoais devem ser armazenados e como devem ser tratados, essencialmente, nos meios digitais. E é essa uma das mais importantes atenções dispensadas à defesa do consumidor brasileiro, ou seja, é incluir no conceito de direito à privacidade, o direito do consumidor de determinar quem pode ter acesso aos seus dados pessoais, de que forma será esse acesso e quais os limites de uso deles por terceiro.

No entanto, para a sua implementação far-se-á necessário uma transformação de cultura e comportamento para garantir a tutela de dados pessoais, assumindo cada ator (controlador de dados e titular de dados) suas respectivas responsabilidades. Ou seja, toda informação armazenada e tratada deverá ter por objeto e importância a atividade econômica proporcionando mais segurança e privacidade aos titulares de dados, em especial os consumidores, os quais são os atores principais da relação de consumo e os mais vulneráveis.

A conexão entre os sistemas de proteção de dados (a LGPD) e a proteção do consumidor (CDC), objetiva tutelar o consumidor de um iminente desequilíbrio de poderes que de alguma maneira venha a atingir uma decisão autônoma, livre e informada. Assim,

proteção do consumidor objetiva reequilibrar a relação entre fornecedor e consumidor dentro do mercado de consumo, enquanto que, a proteção de dados pessoais se interessa em reequilibrar a relação do titular com o controlador dos dados pessoais.

Com presente trabalho, também,apresentou-seo caminho atual que está sendo percorrido no ordenamento jurídico para a concretização do reconhecimento da proteção de dados pessoais como direito fundamental autônomo por meio das breves análises da PEC 17/2019 e da recente decisão proferida pelo STF na MP 954/2020, ainda, dependendo de outros contornos para o delineamento desse reconhecimento pela doutrina e pela jurisprudência.

Não há dúvida que houve uma expansão do conceito de privacidade com o surgimento de novas tecnologias e, como consequência disso, uma propagação de dados na rede de computadores que gerou uma enorme ampliação das mais diversas formas de violação de dados pessoais, especialmente, por meios digitais no âmbito privado, devendo, portanto, os dados pessoais terem proteção constitucional, vez que a Lei Geral de Proteção de Dados aprovada ampara os dados pessoais dos cidadãos e confirma as garantias dos direitos fundamentais.

Em suma, mister que a constitucionalização da proteção dos dados pessoais, inclusive por meios digitais,seja acrescida à proteção da dignidade da pessoa humana, garantindo aos cidadãos, de modo geral, direitos e garantias fundamentais suficientes para terem liberdade e privacidade de usarem seus próprios dados pessoais da maneira que quiserem sem sofrerem violações de suas informações pessoais, evitando assim, que sejam vítimas de fraudes e exposições não pertinentes.

Portanto buscou-se analisar a relevância da proteção de dados pessoais nas relações de consumo com fulcro nos mecanismos legais existentes abordando a conexão dessas fontes entre os sistemas de proteção de dados (a LGPD) e a proteção do consumidor (CDC), sem contudo, se esgotar o tema, delineando as vantagens dessa garantia para o sistema jurídico brasileiro, com o propósito de tutelar a liberdade e a privacidade a todos os brasileiros, não apenas na esfera física como na digital, tendo como fim o respeito à cidadania em todos os segmentos, aqui especificamente, nas relações de consumo em um Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Maria Ruth B. Autoridade Nacional de Proteção de Dados Pessoais: a importância do modelo institucional independente para a efetividade da lei. **Revista Caderno Virtual. IDP. V. 2, n. 44, abr/jun 2019, p. 180.** Disponível em: <<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/cadernovirtual/article/view/3828>>. Acesso: 28/08/2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **PEC 17/2019.** Proposta de Emenda à Constituição. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2210757>>. Acesso em: 30/04/2020.

_____. **Código de Defesa do Consumidor. Lei n. 8.078, 11 de Setembro de 1990.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078compilado.htm>. Acesso em 25/08/2020.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03/05/2020.

_____. **Decreto n.º. 10.474, de 26 de agosto de 2020.** Disponível em: <<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=27/08/2020&jornal=515&pagina=6>>. Acesso em 02/09/2020.

_____. **Nota de esclarecimento-vigência da LGPD.** Publicado em 26/08/2020. Assessoria de Imprensa. Senado Federal. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/assessoria-de-imprensa/notas/nota-de-esclarecimento-vigencia-da-lgpd>>. Acesso em 28/08/2020.

_____. **Medida Provisória 959/2020.** Disponível em: <<http://www.in.gov.br/web/dou/-/medida-provisoria-n-959-de-29-de-abril-de-2020-254499639>>. Acesso em: 02/05/2020.

_____. **Lei n.º. 12.965/2014.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm>. Acesso em: 02/05/2020.

_____. **Lei n.º. 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm>. Acesso em: 28/04/2020.

Carta de Direitos Fundamentais da União Europeia. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12016P/TXT&from=FR>>. Acesso em: 29/08/2020.

DONEDA, D. A proteção dos dados pessoais como um direito fundamental. **Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL]**, v. 12, n. 2, p. 91–108, 2011. Disponível em: <<https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/1315>>. Acesso em: 02/05/2020.

_____. **Da privacidade à proteção de dados pessoais**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006, p. 22-24.

_____. **A proteção de dados pessoais nas relações de consumo: para além da informação creditícia**. Brasília: SDE/DPDC, 2010, p.39.

EBERLIN, Fernando Büscher von Teschenhausen. Sharenting, liberdade de expressão e privacidade de crianças no ambiente digital: o papel dos provedores de aplicação no cenário jurídico brasileiro. **Rev. Bras. Polít. Públicas**, Brasília, v. 7, nº 3, 2017 p. 255-273.

MACHADO, Diego; DONEDA, Danilo. Proteção de dados pessoais e criptografia: tecnologias criptográficas entre anonimização e pseudonimização de dados. In: **A regulação da criptografia no direito brasileiro**, Publisher: Thomson Reuters Brasil, pp.99125, 2019. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/330401277> Protecao de dados pessoais e criptografia tecnologias criptograficas entre anonimizacao e pseudonimizacao de dados>. Acesso em: 02/04/2020.

MENDES, Laura Schertel. **Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor: linhas gerais de um novo direito fundamental**. São Paulo: Saraiva, 2014.

PALHARES, Gabriela C.; SANTOS, Alessandro Santiago dos; ARIENTE, Eduardo Altomare; GOMES, Jeferson de Oliveira. A privacidade em tempos de pandemia e a escada de monitoramento e rastreamento. **Estudos Avançados**. Vol. 34, n. 99, p. 178 e 180. São Paulo **May/Aug. 2020**. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ea/v34n99/1806-9592-ea-34-99-175.pdf>>. Acesso em: 28/08/2020.

SCHREIBER, Anderson. **Direitos da Personalidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

SIMÃO FILHO, Adalberto. Regime jurídico do banco de dados – Função econômica e reflexos na monetização. In: **Direito & Internet IV: Sistema de Proteção de Dados Pessoais** (De acordo com a Lei nº. 13.709, de 14 de Agosto de 2018, e a Lei nº. 13.853, de 08 de julho de 2019, que converteu em lei a Medida Provisória nº. 869, de 27 de dezembro de 2018). São Paulo: QuartierLatin, 2019, p. 167-203.

SOARES, Matias Gonsales. **A Quarta Revolução Industrial e seus possíveis efeitos no direito, economia e política**. MIGALHAS. Disponível em: <<https://www.migalhas.com.br/arquivos/2018/4/art20180427-05.pdf>>. Acesso em: 02/09/2020.

VITAL, Danilo. **Gilmar:** Pandemia não atenua, mas reforça necessidade de proteção de dados. Revista Consultor Jurídico. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-mai-07/pandemia-reforca-necessidade-protecao-dados-gilmar>>. Acesso em: 28/08/2020.

Submetido em 03.09.2020

Aceito em 22.09.2020